



MEDIEVALISTA

N.º 39 | Janeiro – Junho 2026

ISSN 1646-740X

**A construção literária das cinco linhagens fundacionais
do espaço português (sécs. XIII-XIV)**

**The literary construction of the founding five noble lineages of the
Kingdom of Portugal (13th-14th centuries)**

Miguel Hugo Marques Rodrigues

Universidade do Porto
Faculdade de Letras, Instituto de Filosofia
4150-564 Porto, Portugal

mhmrodrigues@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-1381-3138>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Maio de 2025

DOI: <https://doi.org/10.34619/c4ly-omyh>



Introdução

“Agora, amigos, se vos plaze vos contaremos os linhagens dos bons homens filhos d’algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal. E eles, meus amigos, foram partidos em cinco partes”¹.

É com a afirmação bastante particular citada acima que tem início o *Livro Velho*, e levou-nos a pensar no motivo pelo qual as linhagens referidas (Sousa, Bragança, Maia, Baião e Ribadouro²) foram destacadas, e pela ordem com que o foram.

A palavra *linhagem* foi utilizada pela primeira vez na França do século XI³, mas o conceito, ligado ao de legitimação⁴, é sobretudo uma representação, e não uma realidade objetiva⁵.

A linhagem define-se antropológicamente como “(...) a relação entre as pessoas que descendem de um antepassado comum [que] pode ser demonstrada (...)”⁶, um “(...) grupo de pessoas descendentes de um mesmo antepassado cujo vínculo de

¹*Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum*. Nova Série: *Livros Velhos de Linhagens*. Ed. crítica por José Mattoso e Joseph Piel. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p. 23.

²São também as linhagens sobre as quais incide Armando de Almeida Fernandes. Cf. FERNANDES, Armando de Almeida – *Acção das linhagens no repovoamento e na fundação da nacionalidade*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1960.

³*Dictionnaire de l’ancienne langue française et de tous ses dialectes du IXe au XVe siècle*. Dir. Frédéric Godefroy. Genebra-Paris: Slatkine, 1982, *apud* MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII”. In MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (ed.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular – Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas, 2011, p. 11.

⁴Para uma perspetiva mais alargada do conceito de legitimação, vd. ALFONSO ANTÓN, Isabel; KENNEDY, Hugh; ESCALONA MONGE, Julio – *Building Legitimacy. Political Discourses and Forms of Legitimation in Medieval Societies*. Leiden, Boston: Brill, 2004, *apud* FERREIRA, Maria do Rosário – *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*. Porto: Estratégias Criativas, 2020, p. 106.

⁵Vd. DACOSTA, Arsenio; PRIETO LASA, José Ramón; DÍAZ DE DURANA, José Ramón (dir.) – *La Conciencia de los Antepasados. La construcción de la memoria de la nobleza en la Baja Edad Media*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2014, e ainda DACOSTA, Arsenio – “La memoria de los antepasados: los relatos nobiliarios de origen en la península ibérica”. In *Discurso, memoria y representación: La nobleza peninsular en la Baja Edad Media*. Logroño: Gobierno de Navarra – Fondo de Publicaciones, 2016, pp. 283-314. Todos estes trabalhos *apud* FERREIRA, Maria do Rosário – “O poder das mulheres no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos (1): Relatos fundacionais”. e-*Spania* [Em linha], 36, (jun 2020b) [Consultado em 7 de maio de 2023]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/35577>.

⁶GHASARIAN, Christian – *Introdução ao Estudo do Parentesco*. Lisboa: Terramar, 1999, p. 69.

descendência é genealogicamente demonstrável e não pressuposto miticamente”⁷. No âmbito da História, é um “(...) grupo de indivíduos que coexistem, que são contemporâneos, e que fazem funcionar a relação de parentesco implicada nessa designação como uma mais-valia na sua existência em sociedade”⁸. Genealogicamente, a linhagem é considerada válida se envolver a transmissão legítima de património, seja ele de que carácter for, entre homens⁹. Desta forma, os casos de linhagens que continuam por via feminina ou bastarda quebram a linha varonil ou legítima¹⁰.

⁷ BERNARDI, Bernardo – *Introdução aos estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 293.

⁸ MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “O argumento da linhagem”, p. 11.

⁹ José Carlos Miranda repara como em várias obras de referência os conceitos de “linhagem” e “genealogia” são ainda abordados de forma indistinta. Vd. BARTHÉLEMY, Dominique – “La parenté”. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *Histoire de la Vie Privée*. Vol. 2: *De l'Europe féodale à la Renaissance*. Paris: Seuil, 1985, pp. 28-121; DUBY, Georges – *Mâle Moyen Age*. Paris: Flammarion, 1988; DUBY, Georges – “Remarques sur la littérature généalogique en France aux XIe et XIIe siècles”. In *Hommes et structures du Moyen Âge*. Paris: Mouton Éditeur, 1973, pp. 287-298; DUBY, Georges – “Structures de parenté et noblesse dans la France du Nord aux XIe et XIIe siècles”. In *Hommes et structures du Moyen Âge*. Paris: Mouton Éditeur, 1973, pp. 267-285; e ainda GÉNICOT, Léopold – *Les généalogies* (Fasc. 15 das *Typologie des sources du Moyen Âge occidental*). Turnhout: Brepols, 1988.

¹⁰ Todavia, a família em si pode continuar, mas o uso do termo linhagem nos módulos da feminilidade”. Inde ou bastardia transgridem, de alguma forma, a norma, muito embora se observe, na Península Ibérica e mesmo fora dela, casos que confirmam esta oposição ao conceito pré-estabelecido. Vd., em Portugal, o exemplo dos Velhos como um caso no qual se recorre frequentemente à bastardia para prolongamento e preservação da linhagem. No caso da continuidade por via feminina, os Portocarreiro são um exemplo de uma linhagem que de facto manteve esse estatuto apesar do papel pivotal de Ouroana Raimundes no prolongamento da linhagem. Vd. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 Vols.. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1997. Tese de doutoramento, vol. I, p. 912. Temos as nossas reservas quanto aos Sousa, cuja linhagem se considera “quebrada” com a morte de Gonçalo Garcia, uma vez que desconhecemos se os descendentes de Constança Mendes se continuariam a designar como *linhagem*. Os retratos, embora tardios (século XVII), de Pierre Giffart, parecem confirmar uma continuidade da *linhagem*, uma vez que após a gravura de Constança e da sua filha Maria, o gravador volta a representar apenas homens que “chefiaram” a família. Em Espanha, o caso dos Lara é flagrante: o filho de Juana Núñez de Lara usa sem qualquer reserva o apelido materno. Vd. ESTEPA DÍEZ, Carlos – “Doña Juana Núñez y el señorío de los Lara”. *e-Spania* [Em linha] 1 [junho de 2006], [Consultado a 27 de maio de 2021]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/315>; A título de curiosidade, mesmo na Alemanha, linhagens como os Sayn ou os Leiningen fazem continuar, num dado momento, a sucessão “dinástica” por via feminina, utilizando o apelido materno. Para os Sayn, vd. HALBEKANN, Joachim J. – *Die älteren Grafen von Sayn. Personen, Verfassungs- und Besitzgeschichte eines rheinischen Grafengeschlechts 1139-1246/1247*. Wiesbaden: Historische Kommission für Nassau, 1997, e ainda DAHLHOFF, Matthias – *Geschichte der Grafschaft Sayn und der Bestandtheile derselben*. Dillenburg: E. Weidenbach, 1874; para os Leiningen, linhagem que tem a particularidade de o membro que prolonga a linhagem por via feminina (isto é, o filho da herdeira), ter sido trovador (*Minnesinger*), vd. TOUSSAINT, Ingo – *Die Grafen von Leiningen*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1982.

Procedemos à apresentação da metodologia de trabalho adotada, que foi sobretudo comparativa: privilegiou a síntese e cruzamento de dados, visando um diálogo entre os elementos de várias tipologias para a construção prosopográfica das cinco linhagens destacadas no *Livro Velho*.

O estudo visou avaliar a presença das cinco linhagens na literatura, latina e vernacular, produzida em meios distintos da nobreza, e verificar a sua consonância com o meio aristocrático: o *corpus* incidiu na cultura aristocrática, envolvendo os Livros de Linhagens (*Livro Velho e Livro do Deão*, bem como o *Livro do Conde D. Pedro* e respetivas refundições)¹¹, a literatura trovadoresca, a cronística alfonsina e pós-alfonsina, portuguesa ou castelhana, maioritariamente régia (*Primeira Crónica Portuguesa, Crónica de 1344*, adjuvadas pela *Crónica de 1419*¹²), o meio monástico/clerical urbano – anais, registos, biografias, sumários –; fundos documentais, e ainda hagiografias¹³ e elementos narrativos da tradição oral. Procurámos também confrontar os dados apresentados nos nobiliários com fontes documentais, como as Inquirições (1258–1343)¹⁴.

¹¹ *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintundecimum*. Nova Série, Vol. 1: *Livros Velhos de Linhagens*. Ed. crítica por José Mattoso e Joseph Piel. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980; *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintundecimum*. Nova Série: *Livros de Linhagens do Conde D. Pedro*. 2 vols. Ed. crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980; *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintundecimum*. Nova Série: *Livro de Linhagens do Deão*. Ed. crítica por Filipe Alves Moreira e João Paulo Martins Ferreira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2019.

¹² MOREIRA, Filipe Alves – *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008; BARCELOS, Pedro, Conde de – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ed. Luís Filipe de Lindley Cintra. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951; *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. A *Crónica de 1419*, apesar de cronologicamente externa ao nosso âmbito, contém elementos de natureza comparativa de grande pertinência para o trabalho.

¹³ Utilizámos sobretudo o meio hagiográfico para Santa Senhorinha. Vd. “Vida da Bem Aventurada Virgem Senhorinha”; “Outra vida de Santa Senhorinha dos «Acta Sanctorum»”. In *Vida e Milagres de S. Rosendo*. Ed. Maria Helena Rocha Pereira. Porto: Junta Distrital, 1970, pp. 113-157.

¹⁴ Apenas se encontram editadas as Inquirições de 1220, 1258 e 1288-90. Vd. *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintundecimum: Inquisitiones* (Fascículos III a IX). Ed. João Pedro da Costa Basto, et al. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977; e *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintundecimum*. Nova Série. Vol. IV: *Inquisitiones – Inquisições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Ed. crítica por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012-2015. Vd. também RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas*. Lisboa: Academia das Ciências, 1810.

Além disto, procurámos vestígios noutros suportes de importância fulcral pela sua pervivência até hoje, como as lendas tradicionais, a toponímia; e ainda formas de representação iconográfica como o retrato, a sigilografia¹⁵ e a heráldica, campos pouco explorados na perpetuação da memória e da representação do passado destas linhagens.

Neste estudo sobre a nobreza senhorial, ilustrámos a representação literária das nossas cinco linhagens com uma boa cartografia, que, por forma a mostrar a dimensão do poder literário e político dos seus membros, implicou um trabalho de seleção e cruzamento dos dados mais significativos com vista à obtenção de resultados relevantes. Situando-nos num diálogo entre a história e a literatura, questionámo-nos: *Qual a situação geográfica dos lugares associados à memória literária dos diferentes membros das linhagens? Poder-se-ia dizer que existem coincidências entre o património de um indivíduo e a memória literária que lhe é associada?*

Estudo comparativo das fontes

A coleta, reflexão e cruzamento da informação reunida abriu novos caminhos interpretativos sobre as personalidades estudadas, e tornou visíveis novos sentidos da sua imagem literária na dinâmica interna da linhagem enquanto elemento constitutivo do grupo social dominante no reino.

O método comparatista conduziu a um novo e vasto conjunto de informações, provindas dos mais variados campos, relativas às personagens, reais ou fabulosas, que adornaram a história destas famílias. Um exemplo claro da importância deste tipo de abordagem é o de Rodrigo Anes Redondo, sobre o qual foi possível recolher

¹⁵ Para a sigilografia e a heráldica recorreremos especificamente a TÁVORA, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983; TÁVORA, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e – *Introdução ao estudo da heráldica*. Lisboa: Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.

uma maior quantidade de informação provinda de cantares trovadorescos do que de fontes documentais.

As cinco linhagens fundacionais

A tese compõe-se de sete capítulos. O primeiro centra-se no aspeto que ligou o nosso trabalho às linhagens estudadas: a memória, que se define como a capacidade de adquirir ou reter uma experiência, e que, quando utilizada em momento posterior, demonstra conservação da mesma experiência através de hábitos ou lembranças. Em rigor, apenas a nossa própria memória dita “biológica” pode ser considerada memória, já que a capacidade de *memorizar* é, na verdade, exclusivamente individual. A extensão da noção de memória a um âmbito social apoia-se no facto de, em muitos casos, determinadas memórias serem partilhadas por um grupo de indivíduos, que não só partilham aquelas mesmas lembranças, mas as investem de significado simbólico¹⁶, a que designamos *representação do passado*. Na Idade Média, a preservação da memória e do conhecimento na sociedade medieval estava atribuída ao clero¹⁷, que teve forçosamente de se valer dessa ferramenta para poder reter e transmitir a maior quantidade de conhecimento possível a indivíduos sem meios próprios para o obter¹⁸. É neste período que vemos também uma generalização do suporte escrito para a preservação de registos históricos e também de representações do passado¹⁹.

¹⁶ “O homem (...) é um animal simbólico, e neste sentido não só a linguagem verbal mas também toda a cultura, os ritos, as instituições, as relações sociais, o costume (...) mais não são do que formas simbólicas nas quais ele encerra a sua experiência para a tornar intermutável: instaura-se a humanidade quando se instaura a sociedade, mas instaura-se a sociedade quando há comércio de signos”. ECO, Umberto – *O Signo*. Lisboa: Editorial Presença, 1978, p. 97.

¹⁷ “L’essentiel vient de la diffusion du christianisme comme religion et comme idéologie dominante et du quasi-monopole que l’Eglise acquiert dans le domaine intellectuel. Chistianisation de la mémoire et de la mnémotechnie, répartition de la mémoire collective entre une mémoire liturgique tournant en ronde et une mémoire laïque à faible pénétration chronologique, développement de la mémoire des morts et d’abord des morts saints, rôle de la mémoire dans l’enseignement articule à la fois sur l’oral est l’écrit, apparition enfin de traités de mémoire (artes memoriae) tels sont les traits les plus caractéristiques des metamorfoses de la mémoire au Moyen Age”. Cf. LE GOFF, Jacques – *Histoire et mémoire*. Paris: Éditions Galimard, 1988, pp. 130-131.

¹⁸ Para este aspeto contribuíram o preço e raridade dos livros e materiais de escrita, bem como o baixo nível de vida e a incompreensão geral da importância da instrução. Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos da Vida Quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 210.

¹⁹ LE GOFF, Jacques – *Histoire et mémoire*, p. 140. O autor cita um exemplo no qual Guy, conde de Nevers (r.1168-1175), numa carta de 1174, reflete sobre o conceito da memória e da representação

É assim que encontramos este fenómeno da *representação do passado* no mais variado número de testemunhos históricos²⁰.

Para Annette Weiner, a representação do passado enquanto identidade é um património tão inalienável como um qualquer outro objeto simbólico²¹, e é neste ponto que a História se cruza com a memória e as representações criadas através dela, sendo atualmente, uma das ciências mais interdisciplinares²². Mas, como defende Le Febvre, nem sempre possuímos testemunhos escritos que nos provassem que a memória tem, realmente, correspondência em eventos passados²³.

Podemos, desta maneira, assumir, por exemplo, as gravuras pré-históricas como os primeiros signos²⁴, e como testemunhos da produção desta representação oral do passado, explicada via imagem. Jacques Le Goff relaciona, aliás, a gravura enquanto

do passado: “L’exorde de la charte concédée en 1174 par Guy, comte de Nevers, aux habitants de Tonnerre, declare: «L’usage des lettres a été trouvé et inventé pour la conservation de la mémoire des choses. Ce que nous voulons retenir et apprendre par coeur, nous le faisons rédiger par écrit, afin que ce que l’on peut perpétuellement retenir en sa mémoire fragile et labile fût conserve par un écrit et par le moyen de lettres qui durent toujours»”.

²⁰ “La diversité des témoignages historiques est presque infinie. Tout ce que l’homme dit ou écrit, tout ce qu’il fabrique, tout ce qu’il touche peut et doit renseigner sur lui”. Cf. BLOCH, Marc – *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien*. Paris: Armand Colin, 1974, p. 63.

²¹ “Scattered in the ethnographic literature are examples of myths, genealogies, ancestral names, songs, and the knowledge of dances intrinsic to a group’s identity (...) Similarly, (...) objects may have oral histories transmitted with their ownership and myths may be related to geographical landmarks, giving material authenticity to words. (...) In many societies, oral traditions have great longevity and, especially among groups where durable objects are scarce, texts as inalienable possessions are guarded and carefully transmitted from one generation to the next. But words can be altered and reframed; what one person says can be paraphrased by another resulting in vastly different meanings. Some people forget or deliberately tamper with parts of texts whereas others may die before the entire corpus of their knowledge is given to their successors. In the same way, an object’s origins can be disguised or relocated in someone else’s genealogy, but ideally objects and words remain unchanging”. Cf. WEINER, Annette B. – *Inalienable Possessions: The Paradox of Keeping-while-Giving*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1992, pp. 37-38.

²² “Le dialogue de l’histoire avec les autres sciences se poursuivait, s’approfondissait, se concentrait et s’élargissait à la fois”. Cf. LE GOFF, Jacques – *Histoire et mémoire*, p. 331.

²³ “L’histoire se fait avec des documents écrits, sans doute. Quand il y en a. Mais elle peut se faire, elle doit se faire, sans documents écrits s’il n’en existe point. (...) Donc, avec des mots, des signes, des paysages et des tuiles. Des formes de champ et de mauvaises herbes. Des eclipses de lune et des colliers d’attelage. Des expertises de pierres par des géologues et des analyses d’épées en métal par des chimistes. D’un mot, avec tout ce qui, étant à l’homme, dépend de l’homme, sert à l’homme, exprime l’homme, signifie la présence, l’activité, les goûts et les façons d’être de l’homme”. Cf. LE FEBVRE, Lucien – *Combats pour l’histoire*. Paris: Armand Colin, 1933, p. 428.

²⁴ Vd. ECO, Umberto – *O Signo*.

forma de preservação de um passado com alguns dos interesses destes primeiros grupos sociais pré-históricos²⁵.

De facto, os mitos de origem que dignificavam as famílias e as suas genealogias eram já uma questão relevante nestas sociedades tão longínquas no tempo, e nunca, durante a história da preservação da memória – e da construção de sucessivas representações do passado –, deixaram realmente de o ser.

Neste mesmo capítulo fizemos ainda uma pequena abordagem a cada um dos meios literários e não-literários que nos propusemos consultar.

Nos três capítulos seguintes, passámos a uma explicação teórica de alguns conceitos importantes no estudo da aristocracia portuguesa: o segundo capítulo focou-se nos seus poderes – político, militar e religioso –, e nas fases de variado poder político do grupo social entre os séculos XI e XIII, sem esquecer a importância dos Repartimentos leoneses-castelhanos e aragoneses na projeção peninsular de algumas das linhagens em estudo²⁶; o terceiro capítulo foi dedicado ao seu trajeto territorial, isto é, as características dos locais que formaram o património aristocrático, de que forma influíram na sua política e estratégia, e como alcançaram o prestígio que lhes foi reconhecido pela literatura; e o quarto incidiu nas alianças matrimoniais, na importância fulcral que tiveram no desenvolver das relações sociais da aristocracia e o papel extremamente relevante da mulher neste processo.

O quinto e o sexto capítulos centraram-se na extinção das linhagens na linha varonil, como foram continuadas e, sobretudo, os meios de que se serviram os herdeiros do seu prestígio para manter, aumentar ou simplesmente divulgar o carisma associado às linhagens que mereceram a continuidade dinástica e/ou literária.

²⁵ “Dans les sociétés sans écriture, la mémoire collective semble s’ordonner autour de trois grands intérêts: l’identité collective du groupe qui se fonde sur des mythes, et plus particulièrement des mythes d’origine, le prestige des familles dominantes qui s’exprime par les généalogies et le savoir technique qui se transmet par des formules pratiques fortement pénétrées de magie religieuse”. Cf. LE GOFF, Jacques – *Histoire et mémoire*, p. 115.

²⁶ Para os portugueses nos repartimentos leoneses-castelhanos e aragoneses, vd., para os castelhanos, DAVID, Henrique – “Os portugueses nos livros de Repartimiento da Andaluzia (século XIII)”. *História: Revista Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 3 (1986), pp. 51-75; para os aragoneses, DAVID, Henrique – “Os Portugueses e a Reconquista castelhana e aragonesa do século XIII”. In *Actas das II Jornadas luso-españolas de história medieval*. Vol. 3. Lisboa: INIC, 1989, pp. 3-15.

O sétimo capítulo, e o mais importante, dividiu-se em duas principais partes.

A primeira foi dedicada ao estudo cartográfico que nos propusemos fazer, e do qual retirámos algumas conclusões importantes²⁷, como, por exemplo, o grande número de referências a localidades perto de Zamora associadas aos Bragançãos²⁸, que nos mostra não só a origem da linhagem naquela região leonesa, como também a permeabilidade das fronteiras dos reinos do Ocidente Ibérico, não restrita ao Minho; ou ainda a abundância de referências a Santarém, como um sinal da “urbanização” da aristocracia e do abandono progressivo do espaço nortenho tradicional que ocupara até então²⁹.

A segunda parte divide-se em quatro subcapítulos. Em cada um deles procurámos articular temas presentes na literatura que concerniam à respetiva linhagem. Desta forma, no primeiro capítulo, dedicado aos Sousa, abordámos quatro principais temáticas: a questão da origem da família, o patrocínio cultural da linhagem, o seu papel nas crises políticas da primeira metade do século XIII, e ainda a relevância da presença feminina da família de Sousa notada em várias passagens dos Livros de Linhagens, bem como em outras fontes.

A problemática da origem dos Sousa prende-se com o facto de, apesar de serem a linhagem social e economicamente mais destacada entre as cinco estudadas, fundamentar a sua existência num dos relatos de origem familiar mais pobres.

²⁷ Para a cartografia, e no âmbito dos Livros de Linhagens, verificou-se um acréscimo exponencial do número de localidades mencionadas do mais antigo para o mais recente, um dado irrefutável de como o Conde de Barcelos, autor do nobiliário mais recente dentro da nossa cronologia, se preocupou em situar espacialmente os lugares, entrelaçando a memória dos acontecimentos relatados com a história das localidades. Por outro lado, as famílias de Baião e Ribadouro, com um número significativo de ramos secundários, tiveram uma presença literária global maior do que as restantes, mas estes ramos são claramente ofuscados quando comparámos a presença literária de conjunto de uma linhagem à predominância individual dos seus membros.

²⁸ Destacamos, aqui, as referências à localidade espanhola de Granja de Moreruela no *Livro Velho* e no *Livro do Deão*, demonstrando que a localidade poderia ainda ter ligações a Portugal, sobretudo quando sabemos que foi um cenóbio ligado aos Bragançãos. Vd. KRUS, Luís – *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, p. 84.

²⁹ Santarém seria já então um importante burgo do centro de Portugal, e foi um dos cenários principais da “urbanização da aristocracia”, ocorrida entre a segunda metade do século XIII e inícios do século XIV. Veja-se, por exemplo, Afonso Dias de Baião, que casou com uma senhora de Santarém, ou Pedro Anes II de Paiva, que desposou uma senhora chamada Maria Anes de Santarém. Cf. SOTTOMAYOR-PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, pp. 296 e 423.

Levantámos, dado este aparente desenraizamento inicial, a hipótese de a linhagem poder ter uma origem externa a Portugal, provavelmente escandinava, tendo por base a antroponímia. Veja-se, por exemplo, a proximidade das formas *Ufo*, notado no primeiro senhor de Sousa, e *Ulf*, antropónimo claramente proveniente de uma região setentrional europeia.

Ainda na problemática da origem demos destaque a Santa Senhorinha, cuja hagiografia, sendo ela uma Santa supostamente pertencente à linhagem dos Sousas – família próxima da Casa Real –, “poderá ter sido uma resposta à evolução política do culto de S. Rosendo”³⁰. A sua relevância indiscutível na terra de Basto, mostrada em vários episódios, estando a sua pessoa associada à igreja de Basto, leva-nos a pensar num fenómeno semelhante ao do “Infantado” leonês-castelhano³¹, mas no contexto da aristocracia portuguesa. Outras narrativas que lhe são associadas³² que a retratam como aliviadora de sofrimentos dos descendentes circunscrevem-se numa narrativa de oposição aos poderes leoneses, base sobre a qual se fundamenta o parco relato fundacional da linhagem.

O patrocínio do movimento trovadoresco por parte dos Sousa foi também um fator que quisemos destacar, até porque, na sua essência, a linhagem apoiou toda uma revolução cultural que veio influenciar a política do grupo aristocrático das décadas subsequentes. Introduziram um novo idioma, que, mercê do isolamento político da cúria régia, se circunscreveu aos âmbitos literários e à pequena corte aristocrática dos Sousa, à qual confluíam trovadores e jograis. Poucas dúvidas existem de que foi nesta oposição Sousa-corte régia (1211-1230) que se reuniram as fações que se vieram a digladiar na crise política de 1245-1247.

³⁰ Redigida nas terras de Basto, região onde os Sousas construíram um dos bastiões do seu poder feudal, a hagiografia de Santa Senhorinha é o “principal testemunho de um esforço para difundir um culto que contrabalançasse a progressiva feição pró-leonesa da devoção a S. Rosendo”. Cf. GAMEIRO, Odília Filomena Alves – *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, p. 111.

³¹ Para mais sobre a instituição e em que consiste, cf. FERREIRA, Maria do Rosário – “Entre conselho e incesto: a irmã do rei”. *e-Spania* [Em linha] 12 [Dezembro de 2011]. [Consultado em 5 de junho de 2022]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/20879>.

³² O acorrentamento de Guiçoi, seu irmão, o cegamento de Égica Guiçois, seu sobrinho, ou ainda Gonçalo de Sousa, seu descendente, traído pelo rei de Portugal, neto do rei leonês, mas protegido pela santa, como mostra a lenda do cavalo que parou face ao esquecimento de Gonçalo da prestação de homenagem à antepassada.

Desta forma, um movimento cultural herdado dos provençais, importado de Leão e Castela, torna-se, em Portugal, numa arma política de grande alcance. Em última instância, permitiu que os Sousa e os seus aliados, vitoriosos apoiantes do candidato papal ao trono português, regressassem aos seus papéis políticos de relevância. Neste capítulo, abordámos, por temática, os cantares de escárnio mais importantes, sempre que escritos por membros das nossas linhagens³³.

A questão das crises políticas (1211-1217, 1245-1247) não afetou apenas os magnatas Sousãos. No capítulo que lhes concerne, abordamos outras ocorrências³⁴, com variados graus de importância, mas que assolaram o grupo nobiliárquico, vítima de uma profunda divisão.

Por fim, e analisando a intervenção sousã nos nobiliários, apercebemo-nos da grande importância dada às mulheres desta família, de tal modo que surgem, por exemplo, a encabeçar capítulos, como “fundadoras” de novas linhagens: esta ideia é mais notória a partir do *Livro do Deão*, no qual os Sousa, ou mais concretamente os seus descendentes por via feminina que usavam o apelido, estiveram envolvidos. Tal amostra indica-nos não apenas o destaque claro que estas mulheres tinham, como também mostra a vontade de legitimação do ramo de Sousa, claramente feminino, por via daquele nobiliário.

A família da Maia imbuiu-se, ao contrário dos Sousa, de um riquíssimo conto fundacional, a *Lenda de Gaia*, que remonta aos tempos de Ramiro I (de acordo com a versão do *Livro Velho*) ou de Ramiro II (na versão do *Livro do Conde*). Neste relato está em claro destaque uma oposição aparentemente religiosa (os dois contendores provinham de fés diferentes), mas que na realidade, se trata de uma oposição política: na sequência de um ataque à Gaia moura por parte do rei cristão de Leão, uma mulher é dali levada, casada com o rei e facilmente convertida ao cristianismo. O conto relata quase uma conquista de Gaia, a primeira na série de conquistas

³³ Falamos de Garcia Mendes d’Eixo, Fernão Garcia Esgaravunha e Gonçalo Garcia (Sousa), João Soares de Gaia (Maia), Afonso Lopes de Baião, João Soares de Paiva, João Pires Velho e Estêvão Fernandes Barreto (Baião), João Soares Coelho e Pedro Mendes da Fonseca (Ribadouro).

³⁴ Por exemplo, o relato de invasão de Martim Sanches às terras de João Pires da Maia, a prova de fogo de Teresa Soares de Ribadouro, mulher de Gonçalo Mendes de Sousa, ou os vários cantares que ridicularizam as traições de alcaides de castelos.

protagonizadas mais tarde pelo filho de Ramiro e da moura cristianizada, Alboazar. Aparte o paralelismo com a Lenda dos Sete Infantes de Lara (que o *Livro do Conde* vem a associar), é notável que este filho de rei não é rei; na versão do Conde, o relato da origem da família equivale ao da restante aristocracia, pois revela, numa realidade asfixiante de crescente imposição régia, um propósito de deslegitimação do poder centralizador da Coroa, através da demonstração de como o regime senhorial e a monarquia eram realidades indissociáveis nas suas origens³⁵.

Mas o mais interessante é o facto de que, recentemente, se descobriram de facto possíveis ligações entre os detentores da terra da Maia e o mundo árabe³⁶.

Uma outra problemática da origem dos da Maia traz-nos de volta à ligação forte das fundações de cenóbios a mulheres. Depois de Senhorinha de Basto, vemos agora uma senhora leiga, Unisco Godins, a fundar o importante mosteiro de Santo Tirso. Ao contrário do que vem a indicar a tradição posterior, ela fá-lo sem o marido, Alboazar. Levanta-se uma vez mais a questão de uma espécie de instituição feminina que ligava várias senhoras a fundações ou doações importantes a mosteiros familiares.

Um outro tema relevante é a figura de Soeiro Mendes da Maia. Personagem de grande importância, próximo de Teresa e Henrique, governantes da *Terra Portucalense*, foi, em todas as fontes, lembrado e reverenciado com bonança. A mostrá-lo, está o episódio da *Primeira Crónica Portuguesa* (c.1270), no qual, associado à figura coadjutora do poder portucalense, vem auxiliar Afonso

³⁵ KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 177; FERREIRA, Maria do Rosário – *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*. Porto: Estratégias Criativas, 2020, pp. 45-70 e 91-118,

³⁶ No século IX, um caudilho árabe, Mahmud Abd al-Djabbar (f. maio de 840), que capitaneou uma revolta em Mérida (833) contra a corte califal de Córdoba, vem refugiar-se (838) na corte asturiana de Afonso II (r.791-842), que lhe confere a presúria da terra da Maia. É curioso que *Maia*, ou *Amaya*, seria naquele tempo sinónimo de “terra de ninguém”. Cf. BARROCA, Mário Jorge – “*Prope litore maris: o sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII)*”. In AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do cabido portucalense*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2017, pp. 197-247, p. 238. Sobre a ascendência árabe dos senhores da Maia, vd. também REI, António – “Ascendência árabe nas Linhagens do *Livro Velho* – Arabic ascendance in the *Livro Velho* lineages”. *Diálogos Mediterrânicos 4* (2013), pp. 131-141; e REI, António – “Da ascendência árabe dos Senhores da Maia (séculos X-XIII). Novos dados”. *Raízes e Memórias* 30 (2013), pp. 21-36.

Henriques, opondo-se à soberania da sua mãe e à ingerência galega na governação do território. Historicamente já falecido, é ainda assim considerado quase como a figura paterna que faltava a Afonso Henriques, o outro elemento masculino da trindade portugalense que vem legitimar a reivindicação do infante ao poder.

Este carisma guerreiro associa Soeiro Mendes, posteriormente, à figura de Rodrigo Díaz de Bivar, o *Cid*, como o demonstra o episódio da ida a Roma, claramente inspirada na ida a Paris do *Cid* e de Fernando Magno nas célebres *Mocedades de Rodrigo*³⁷.

Associado ao *Cid* surge também a figura de Martim Moniz de Ribadouro, senhor de Coimbra, presente no *Cantar de Mio Cid*³⁸, e que pode ter determinado uma ingerência cada vez maior daquela cidade em relatos posteriores associados àquela figura guerreira.

A última questão associada à linhagem da Maia prende-se com o seu extenso legado literário e mesmo histórico. Sendo uma linhagem de grande carisma, à qual as outras quatro em estudo se encontram direta ou indiretamente ligadas por via matrimonial, é natural que as herdeiras de João Pires da Maia provocassem graves conflitos sociais no seio da aristocracia portuguesa. O carisma dinástico dos da Maia foi claramente herdado pelos Riba de Vizela, na qual casou Maria, a filha mais velha. Foi esta a família que patrocinou, junto do mosteiro de Santo Tirso, a redação do *Livro Velho*, o primeiro livro genealógico conhecido em Portugal, e que manteve viva a memória da herdeira, como o fazem o marido, em 1290, e depois o filho, em 1300³⁹.

Por seu lado, uma boa parte de património, bem como a figuração heráldica, parece terem sido herdadas pelos Briteiros, na qual casou Elvira, a filha mais nova. Esta família ficou particularmente marcada por este casamento: os cantares

³⁷ *Mocedades de Rodrigo*. Ed. José María Viña Liste. Madrid: Biblioteca Castro, 2006.

³⁸ *Cantar de Mio Cid*. Ed. Alberto Montaner Frutos. Madrid-Barcelona: Real Academia Española, 2011. Martim seria muito provavelmente o *Martin Muñoz* que mandava em *Montemayor*, No entanto, não foi marcante o suficiente para se lembrado *a posteriori*: na *Crónica de 1344* o detentor de *Montemayor* é já designado de *Guyllhem García*.

³⁹ CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008, *Apêndices*, p. 12.

trovadorescos falam de um suposto “raptó” de Elvira Anes⁴⁰. O casamento possibilitou aos Briteiros uma ascensão social deveras preponderante, e o filho desta não esquece a origem desta fortuna⁴¹.

Os Pereira, por seu lado, reuniram em si toda a herança de legitimação simbólica dos da Maia, juntando à heráldica a representação literária. De facto, foi no *scriptorium* do Conde de Barcelos que os Pereira terão tido contacto com as narrativas conferidoras de prestígio associadas aos da Maia, não tendo hesitado, na sua refundição do *Livro do Conde*, em transpor esse prestígio para si mesmos⁴². Estava criado, assim, o triunvirato de libertadores da terra de Espanha: Rodrigo Díaz - Soeiro Mendes - Rodrigo Froiaz.

As famílias de Ribadouro e Baião foram tratadas em conjunto num único subcapítulo, uma vez que partilharam vários aspetos no que respeita às suas origens: os membros de ambas as linhagens partilharam padroados de igrejas diversas na mesma região do Douro – sobretudo a faixa Lousada-Baião, na margem direita daquele rio.

Relativamente à sua origem, as linhagens de Ribadouro e Baião provêm, de uma forma ou de outra, do exterior da Península Ibérica: se Monio, o *Gasco* é explicitamente referido no *Livro Velho* como proveniente da Gasconha⁴³, na França

⁴⁰ Elvira, desviada da circulação tradicional das alianças das grandes famílias, provocou um grande desequilíbrio no sistema: muito outros raptos se seguiram, ao longo do século XIII, mas nenhum outro teve o mesmo eco sociopolítico.

⁴¹ No selo de Mem Rodrigues de Briteiros, apresentam-se exclusivamente as armas da sua mãe: a cruz florenciada da Maia e os lunetes em cruz de Sousa.

⁴² Os Pereira fizeram verter a heroicidade de Soeiro Mendes para um outro recipiente heroico de sua criação, Rodrigo Froiaz de Trastâmara, o guerreiro que liberta as terras galegas da opressão leonesa, e ligaram-no genealogicamente aos da Maia, casando-o com a filha de Gonçalo Mendes da Maia, *O Lidador*.

⁴³ Monio, o *Gasco* documenta-se na corte condal portugalense, pela primeira vez, em 1014, o que significa que a sua vinda para a Península poderá ter-se dado por volta de 999, ou ter estado mesmo ligada a um dos raides nórdicos desse período. Vd. MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 184-185; FERNANDES, Armando de Almeida – *Portugal primitivo medieval*. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2001. É notável também que os Ribadouros não foram os únicos com uma narrativa que atribui a sua origem à Gasconha; de acordo com António Carvalho da Costa, sucederia o mesmo com os Silvas: “[...] não acho errada a opinião do Conde Dom Pedro em fazer a Dom Payo Goterres reedificador deste Convento [S. Simão da Junqueira], como parece ao Chronista dos Conegos Regrantes; porque se veyo com seu pay Dom Goterre no anno de 1080 de Gascunha (provincia de França ao pé dos Pireneos) no que não ha duvida (...)”. Cf. COSTA, Padre António Carvalho da –

atlântica meridional, Gosendo Araldes possui, como os Sousa, um patronímico que parece indicar uma origem escandinava, neste caso possivelmente materna⁴⁴.

Considerando os vários ataques vikings⁴⁵ que assolaram a costa ocidental da Península Ibérica ao longo dos séculos IX e XI, não é uma hipótese completamente estranha que, por exemplo, estas linhagens se possam ter constituído na sequência de implantações regionais da parte destes agressores marítimos.

Embora não seja a primeira vez que um aristocrata proveniente da Gasconha visite a Península Ibérica, é definitivamente inédita a implantação de uma família desta região em território portugalense, e esta origem pode comprovar-se recorrendo, por exemplo, à antroponímia⁴⁶.

No entanto, é provável que os de Baião fossem originalmente portugalenses por via paterna, pelo que se encontrariam ali implantados com maior antiguidade. Pelo menos já o faziam na primeira metade do século XI⁴⁷.

Os nobiliários são muito poucos quanto às primeiras gerações destas famílias, e chegam, a dado momento, a confundi-las: o *Livro do Deão* anota um Egas Moniz na linhagem de Baião, apontando Egas Gosendes como pai de Monio, o Gasco⁴⁸!

Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal. 3 vols. Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 321.

⁴⁴ Tendo em consideração que Araldo Gosendes, pai atribuído a esta personagem, foi integrado genealogicamente na linhagem dos condes galegos provenientes de Ero Fernandes, suspeitamos que a ligação ao norte da Europa possa ser feminina, até porque desconhecemos a identidade da mãe de Araldo Gosendes. Vd., para a possível origem da linhagem de Baião, FERREIRA, João Paulo Martins – *A Nobreza Galego-Portuguesa na Diocese de Tui (915-1381)*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento – Anejos de Estudios Gallegos, 2019.

⁴⁵ Para as incursões vikings no Ocidente ibérico, vd. PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As Incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*. Lisboa: Zéfiro, 2017.

⁴⁶ Sobre a antroponímia das regiões pirenaicas, vd. PETERSON, David – “Antroponimia vasca altomedieval: la aportación epigráfica”. In *Mundos medievales: espacios, sociedades y poder. Homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2012, pp. 795-806.

⁴⁷ Gosendo Araldes documenta-se, em 1029, com o cargo de vicário, correspondente à autoridade que possuía “no mesmo território de Baião onde, de acordo com o *Livro Velho* num primeiro momento, se instalara Monio, lo Gasco”. Cf. MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “Uma aventura marítima no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*”. *Acta Iassyensia Comparationis – Special Issue* (2019), pp. 97-108, p. 105.

⁴⁸ “Dom Egaz Gozendes foi casado com ãa dona e fez em ela Monio Veegaz./Este Munio Veegas foi cazado com ãa dona e fege em ela D. Egaz Moniz, o Gasco. / E este D. Egaz Moniz, o Gasco, foi cazado

Tal como na linhagem de Sousa, também nas linhagens de Ribadouro e Baião encontramos mulheres que exerceram poderes relevantes no território da bacia do Douro, uma prática que pode ter sido herdada do sistema de Infantados leoneses⁴⁹.

O primeiro exemplo desta proeminência é a designação de algumas mulheres desta aristocracia duriense como *Mianas*⁵⁰. É notável que a maior parte delas⁵¹ se associem a cenóbios particulares⁵², muitas vezes familiares, pelo que nos questionamos se o poder das mulheres, ligado a estas instituições monásticas, corresponderia ao poder político-militar ligado aos homens da linhagem.

Em segundo lugar, o fenómeno da “senhora da terra” mostra como algumas mulheres destas linhagens se podiam aproximar mais da esfera masculina de poder. Os senhores das terras, ou “tenentes” contraíam, relativamente ao rei, uma obrigação de serviço, tornando-se parte da corte, o que fortalecia não só o poder individual do aristocrata, mas também o da família à qual pertencia⁵³.

com ãa dona e fege em ela D. Ermigio Veegaz, e Pero Viegas, dito Pero Pae e Nuno Veegas e João Veegas Ranha.” Cf. PMH *Livro de Linhagens do Deão*, LD 11A1 a 11A3.

⁴⁹ Este sistema de Infantados, por sua vez, terá sido herdado do período asturiano, no qual observamos, na sucessão régia, uma preeminência feminina invulgar, e já amplamente tratada por autores como Abílio Barbero, Marcelo Vigil e Maria do Rosário Ferreira. Com o tempo, estes sistemas caíram em desuso no contexto das famílias reais. No entanto, consideramos provável que ao invés de desaparecer, ele tenha sobrevivido no grupo social imediatamente inferior. Em Portugal, alguns exemplos de preeminência feminina parecem indicar uma continuação da prática, com contornos diferentes, e adaptadas aos contextos sociopolíticos das mulheres em causa. Vd. BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978 *apud* FERREIRA, Maria do Rosário – “Entre conselho e incesto”.

⁵⁰ Esta nomenclatura surge, por exemplo, associada à *Lenda da Condessa Traidora* e à *Lenda dos Sete Infantes de Lara*, e indicada como sendo um costume peninsular. Para trabalhos relativos a estas lendas, vd. FERREIRA, Maria do Rosário – *A Lenda dos Sete Infantes: Arqueologia de um destino épico medieval*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Tese de doutoramento; e GOMES, Maria Joana Matos – *As Condessas Traidoras e a Terra de Espanha*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Tese de mestrado.

⁵¹ Miana Ouroana, mulher de Monio Ermiges de Ribadouro, e mãe de Egas Moniz IV, o Aio; Teresa, segunda mulher de Egas Moniz IV; Dordia, Elvira e Urraca Viegas, filhas deste mesmo Egas Moniz, e ainda Cristina Gonçalves, mulher de Mem Moniz, irmão do Aio e Sancha Bermudes de Trava, mulher de Soeiro Viegas, filho mais novo do Aio. As filhas de Dordia e Urraca, Elvira Gonçalves de Sousa e Elvira Gonçalves da Palmeira, respetivamente, também usaram este título. Fora da linhagem de Ribadouro, há referências a uma Miana de Selhariz e Tebosa.

⁵² Estas mulheres eram fundadoras, doadoras particularmente atentas, ou mesmo suas integrantes sem professarem a ordem religiosa reinante no mosteiro. Quando pensamos que muitos destes cenóbios sobreviviam por causa do apoio da família que os funda, e que existia uma grande interdependência económica entre o cenóbio e a linhagem, a situação destas mulheres no contexto da família deve ser reperspetivada.

⁵³ José Mattoso observa que, em Portugal, até meados do século XIII, o monarca não costumava intervir na sucessão das terras do Norte do reino; apenas se limitava a confirmar o cargo ao sucessor

Mas podiam estas *terras*, com poderes administrativos, miliares e judiciais⁵⁴, ser governadas por mulheres? No período medieval, a associação da mulher ao poder político não terá sido uma novidade; encontramos outros exemplos de senhoras de terra com ligações à família real⁵⁵, com alguns casos na Galiza⁵⁶, e mesmo outros que não mantinham uma ligação tão estreita com a corte. Refletimos sobre algumas possibilidades em ambiente português, como Sancha Lopes de Baião, Urraca Abril de Lumiares, Teresa Soares de Ribadouro e Maria Gonçalves de Sousa⁵⁷.

que era, na maior parte dos casos, parente do senhor anterior. Temos, perante nós, duas realidades: uma, comum a Leão e Castela e às terras do Sul e das Beiras, onde a participação régia na nomeação de tenentes era maior, e outra que parece aplicar-se, pelo menos, ao Norte de Portugal, onde o interesse régio parece ser mais reduzido. Como devemos entender, então, a fragmentação de determinadas terras portuguesas nortenhas, tendo em conta que os senhores destes fragmentos eram muitas vezes parentes? Subdivisões administrativas criadas pelo rei, ou uma *fragmentação feudal* de terras que eram divididas entre os parentes do senhor da terra? São questões que refletimos em RODRIGUES, Miguel – “A *senhor tenente*: Tenência feminina em Portugal”. *e-Spania* [Em linha] 52 (Outubro 2025). Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/57181>. José Mattoso abordou esta questão em 2015, quando destacou que “A irregularidade do poder e a fragmentação dos territórios dependentes dos ricos-homens não os impediam, no entanto, de intervir na administração da justiça, o que eles faziam pessoalmente ou por intermédio de um meirinho (...)”. Cf. MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, pp. 683-684.

⁵⁴ VENTURA, Leontina – *A nobreza de corte de Afonso III*. Vol. II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Tese de doutoramento, pp. 997-1003.

⁵⁵ Sancha de Leão, com o marido, em Astorga (1043); Elvira, filha de Afonso VI de Leão e ex-condessa de Toulouse, em Ribera (1123-37, 1143 e 1149-53, surgindo ao lado de Fernando Gutiérrez em 1126 e 1156, e do seu próprio filho, Diego Fernández, em 1149) e Cabrera (em 1133); Sancha, irmã de Afonso VII de Leão e Castela, em Astorga (1122) e no Bierzo (1152, 1154-55; e 1158, acompanhada de Ramiro Froilaz em 1155); Riquilda da Polónia (*emperatriz Rica*), viúva do mesmo Afonso VII, em Astorga, com um “conde Ramiro” (1157-1160); Sancha, filha de Afonso VII, enquanto rainha de Aragão, em Astorga, com Fernando Gascón (1178-1179, que já governara com o marido desta, Afonso II de Aragão, na mesma tenência em 1175); Urraca de Portugal, primeira mulher de Fernando II de Leão, n’O Bierzo, junto a Gutierre Rodríguez (1172); Urraca López de Haro, terceira mulher do mesmo Fernando II, no Bierzo, junto a Velasco Fernández e Froila Ramírez (1188); e Teresa de Portugal, primeira mulher de Afonso IX de Leão, em Valcárcel (1202). Cf. TORRES SEVILLA, Margarita Cecilia – *Linajes nobiliarios de León y Castilla: Siglos IX-XIII*. Salamanca: Junta de Castilla y León, Consejería de educación y cultura, 1999, pp. 461-478.

⁵⁶ GARCÍA FERNÁNDEZ, Miguel – “Nin santas nin pecadoras; ou todo e mais. Da condición feminina ás voces e actuacións das mulleres na documentación medieval galega” . In PICHEL, Ricardo (ed.) – *Tenh’eu que mi fez el mui gran ben – Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*. Madrid: Sílex Universidad, 2022, p. 260.

⁵⁷ Sancha Lopes de Baião, sem nunca casar ou ingressar num cenóbio, recebeu uma doação de terras sem lhe estar vinculado um pacto concubinário, como outras donas contemporâneas, e tendo ainda em conta que uma das terras doadas tinha sido já governada como sede de governo administrativo (dita *tenência*) pelo seu avô materno; Urraca Abril de Lumiares, uma vez que como os seus pai, maridos e filho estão envolvidos na governação administrativa de territórios, seria estranho que Urraca se tivesse alheado completamente de qualquer destas atividades políticas; Teresa Soares de Ribadouro, através da qual o seu marido ganha os governos administrativos de Lamego e da Beira, herdados do irmão daquela, Lourenço Soares, o que nos leva a pensar que, no seu estatuto de herdeira destes territórios administrativos, poderia ter tido um papel mais relevante no governo

A terceira dimensão deste poder feminino é a aliança fraternal, radicada na herança e divisão patrimonial, ligada também ao poder territorial⁵⁸. Analisámos alguns casos concretos, como o de Garcia e Sancha Pires de Bragança⁵⁹.

Além destas construções de poder, encontramos outras, mais comuns entre a aristocracia dos séculos XII-XIII: o concubinato (ou *barregania*), praticada entre o rei e as mulheres da sua nobreza, e que favorecia a remissão do poder simbólico e a autoridade familiar e dinástica das mulheres para uma invisibilidade institucional⁶⁰. No entanto, esta “aliança” trazia consigo, além de poder fundiário, influência política para a mulher aristocrata e para a sua linhagem. Por vezes, estas relações concubinárias eram, através de equívocos, mencionadas em cantares de escárnio⁶¹.

destes; e ainda de Maria Gonçalves de Sousa, que, sem nunca casar ou ingressar num cenóbio, foi senhora indiscutível de um grande número de propriedades em Celorico de Basto, ao que acresce o facto de, entre 1236 e 1255 não se conhecer o senhor administrativo da região, tendo Leontina Ventura postulado (não confirmado documentalmente) que seria Mem Garcia de Sousa.

⁵⁸ Depois de José Mattoso ter defendido que a herança patrimonial se transmitia, como em França, num sistema vertical e patrilinear, José Augusto de Sottomayor-Pizarro demonstrou que, ao contrário de França e como em grande parte da Europa, a aristocracia medieval portuguesa (e ibérica) praticava uma divisão de heranças igualitária entre irmãos e irmãs. Vd. SOTTOMAYOR-PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. I, p. 1170 e segs., e também o nosso artigo no qual refletimos sobre esta situação. RODRIGUES, Miguel – “*Fratres et sorores*: partilha fraternal de poder no Portugal dos séculos XII e XIII”. *Atalaya – Revue d’études médiévales romanes* (2026) (em fase de revisão).

⁵⁹ Sancha Pires de Bragança, que, com base em topónimos locais e na sua designação como *Bragançã* nos nobiliários, geralmente reservada aos homens da família, suspeitamos que pode ter estado envolvida no governo da terra de Ledra ao lado do irmão, Garcia Pires; também Sancha Lopes de Baião, pela possível aliança fraterna com o seu irmão, o trovador Afonso Lopes, demonstrada pelo “ataque” conjunto em frentes diferentes à abadesa de Arouca, tia de ambos: Afonso pela frente literária/poética (o cantar *Em Arouca ua casa faria*), e Sancha pela frente territorial/fundiária (a usurpação de propriedades do Mosteiro de Arouca); por fim, salientamos casos de rapto de irmãs por irmãos, que pode ter um significado análogo ao de uma aliança fraterna, como acontece entre Pedro e Mor Garcia de Bragança, de cujo caso resulta inclusivamente um filho, e entre Gonçalo Mendes III e Maria Mendes II de Sousa, cujo propósito, dado o exílio de Gonçalo, não se cumpriu.

⁶⁰ Sobre a prática de concubinato entre os reis de Leão e Castela e a nobreza galego-portuguesa, vd. CALDERÓN MEDINA, Inés – “Las otras mujeres del rey: El concubinato regio en el reino de León (1157-1230)”. In FERREIRA, Maria do Rosário; LARANJINHA, Ana Sofia; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (ed.) – *Seminário Medieval 2009–2011*. Porto: Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 255–289, e CALDERÓN MEDINA, Inés – “El concubinato regio en la definición de la frontera galaico-portuguesa (s.XII-XIII)”. In ARIAS GUILLÉN, Fernando; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (ed.) – *Los Espacios del Rey – Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2018, pp. 275-304.

⁶¹ Terá sido o caso de Maria Anes de Lima, barregã de Fernando III de Leão e Castela (r.1217-1252) e irmã de Teresa Anes de Lima, chamada *Coxas Quentes*, mulher de Mem Garcia de Sousa (para a qual não descartamos também uma possível ligação concubinária), e de Maria Garcia de Sousa, barregã de Gil Sanches, filho ilegítimo de Sancho I de Portugal (r.1185-1211).

Além da barregania, também a função de ama era tida como uma que podia trazer grandes benefícios e influência para a mulher e a sua linhagem. Ângela Correia alerta que a palavra era bastante equívoca, podendo ter pelo menos dois significados diferentes⁶², mas o que procuramos é o da mulher nobre que criava os filhos dos monarcas⁶³. No entanto, aquela ambiguidade motivou uma controvérsia, gerada por um cantar da autoria de João Soares Coelho, no qual expressa o amor por uma ama, e dignifica o seu labor. A questão levou a várias respostas e análises contemporâneas, designadas no seu todo de “ciclo da ama”.

De seguida, abordámos a figura de Egas Moniz IV de Ribadouro e como a sua figura se mitificou. O processo começa tardiamente: foi Pedro, conde de Barcelos, o primeiro que notou a ausência de material literário relevante para os Ribadouro, e manobra uma substituição da figura de Soeiro Mendes da Maia na Batalha de S. Mamede pela de Egas Moniz. As *Crónicas de 1344 e 1419* fazem-lhe referências abundantes, mas, excetuando o episódio da vassalagem de Toledo⁶⁴, não são centradas particularmente na sua pessoa; a figura de Egas Moniz, e depois também a dos barões mais importantes da corte de Afonso Henriques⁶⁵, surge sempre secundarizada perante a figura, os propósitos e os feitos do monarca.

⁶² “(...) a palavra «ama» não tinha apenas o sentido de mulher que amamenta, não designava apenas mulheres vilãs que recebiam compensação pecuniária pelo serviço da amamentação. Este era apenas o sentido que associava a palavra à classe social mais baixa. A mesma palavra servia, também, para indicar a mulher que educava, a mulher casada com o amo ou aio da mesma criança; e este era o sentido que associava a palavra à classe nobre. (...) Na Partida Segunda, Alfonso X, falando da criação dos filhos dos reis, distingue as funções atribuindo à executante da primeira (a que amamenta) o nome de «ama» e à segunda o nome de «aia». A ação desenvolvida pelas duas é, no entanto, designada pelo mesmo verbo («criar») e, no capítulo sobre as filhas de reis, a própria denominação e as funções das amas e aias confundem-se” Cf. CORREIA, Ângela – *Ama: A importância de um nome no conhecimento sobre os trovadores medievais galego-portugueses*. Lisboa: Bibliotrónica Portuguesa, 2016, pp. 135-137.

⁶³ Foram vários os casos de mulheres nobres que criaram os filhos dos monarcas: Teresa, mulher de Egas Moniz IV; Urraca Viegas de Ribadouro, filha dos anteriores; Marinha Viegas de Ribadouro, prima da anterior, ou mesmo Teresa Pires de Bragança.

⁶⁴ O episódio é análogo a um outro semelhante protagonizado por Urraca de Leão e Castela (r.1109-1126) e o seu aio Pedro Ansúrez.

⁶⁵ Falamos de Mem Moniz e Lourenço Viegas de Ribadouro, Gonçalo Mendes de Sousa e Pedro Pais da Maia. Em alguns casos, as crónicas podem, como aconteceu com Soeiro Mendes da Maia, converter algumas personagens em símbolos guerreiros que não têm de estar historicamente presentes nas pelejas travadas para que o seu valor seja reconhecido, mesmo que de forma retrospectiva. Por exemplo, alguns dos barões que mencionámos surgem como participantes na lide de Sevilha, na década de 1170, muito embora, destes, apenas Pedro Pais da Maia estivesse vivo, embora longe da corte portuguesa, na sequência do seu exílio (1169).

Certo é que a estratégia de Pedro de Barcelos resultou: Egas Moniz é hoje uma das personalidades portuguesas medievais não-régias mais conhecidas do grande público. A isto terão contribuído certamente as várias lendas que se foram criando em torno do personagem, ligadas ou não a Afonso Henriques⁶⁶.

Por fim, fizemos ainda uma abordagem, por temática, de vários membros de linhagens secundárias na literatura aristocrática do seu tempo, seja porque elaboraram cantares trovadorescos ou foram mencionados em meios literários diversos. Os relatos deixam entrever, por exemplo, o declínio do poder aristocrático, manifestado pela frequente associação de acontecimentos a burgos como Coimbra ou Santarém; episódios de grande desprestígio para certos membros destes ramos familiares, recheados de violência, e também episódios de relações com judeus e mouros, bem como arrogâncias e outras particularidades que enriqueceram literariamente a representação destas linhagens secundárias.

Por fim, o último subcapítulo foi dedicado aos Braganças⁶⁷. Começámos por abordar o rapto enquanto meio conferidor de prestígio. Apesar de este ato constituir um meio de ascensão social de uma linhagem a partir de Elvira Anes da Maia e Rui Gomes de Briteiros, optámos por abordar este assunto neste capítulo, dado que o rapto é uma parte fulcral do relato de origem dos Braganças: de facto, de acordo com este pequeno conto fundacional, o fundador da linhagem raptou uma princesa arménia durante uma peregrinação a Santiago de Compostela. Não esquecendo que a Arménia⁶⁸ é um dos reinos com maior antiguidade enquanto estado de maioria

⁶⁶ Ainda sobre a relação entre Egas Moniz e Afonso Henriques, questionámos também o papel do Ribadouro enquanto aio, uma vez que até 1135, quem deteve o real protagonismo da corte foi Ermígio Moniz, que estaria numa posição mais confortável para pedir aos governantes de Portucale que o deixassem criar Afonso Henriques. Egas Moniz só terá começado a ter uma proeminência documental depois da morte do irmão sem filhos, facto aproveitado, como indica José Mattoso, pelos seus próprios descendentes para fazer sobressair a figura de Egas face à de Ermígio Moniz, cuja falta de descendência o teria condenado ao esquecimento. Vd. MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2007, p. 25.

⁶⁷ Sobre os Braganças vd. por exemplo SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – “O regime senhorial na fronteira do nordeste português”. *HISPANIA – Revista Española de Historia* LXVII (2007), pp. 849-880.

⁶⁸ Para a ascendência da princesa arménia, vd. BINAYAN CARMONA, Narciso – “Una Princesa armenia en Compostela en el siglo XI: Su genealogía”. *Revista Hidalguía: Estudios genealógicos, heráldicos y nobiliarios en honor de Vicente de Cadenas y Vicent, con motivo del XXV aniversario de la revista «Hidalguía»* (1978), pp. 131-153.

cristã, o facto de a própria princesa provir daí, não dava apenas prestígio, como não inclui qualquer problema ideológico que a impedisse de fazer uma peregrinação a Santiago de Compostela⁶⁹, aliás célebre desde o século IX pela guarida dos restos do apóstolo S. Tiago.

Mas este rapto, contado num livro datado da segunda metade do século XIII, pode ter sido já inspirado no chamado “rapto original” no cenário português: o de Elvira Anes da Maia, que inspirou pelo menos dois cantares trovadorescos⁷⁰ e, embora não presente no *Livro Velho*, é já mencionado no *Livro do Deão*. A crítica social, que reflete a aparente “liberdade” de tomar para si uma mulher de alta linhagem, é, mais que aos Maia, dirigida aos Sousa, parentes maternos da raptada, que não foram capazes de protegê-la. Historicamente, é pouco provável que este rapto tenha de facto acontecido, mas este casamento teve o mesmo impacto de um rapto, de tão socialmente incomum.

Analisámos também outros raptos de mulheres das linhagens em estudo, muito embora nenhum tivesse o impacto deste, até porque muitos destes subvertem de alguma forma o rapto de Elvira Anes⁷¹.

Em seguida, quisemos perceber se a crueldade de alguns membros desta linhagem seria um indicador da sua real importância política. Não encontramos muitos

⁶⁹ Paulo Barradas traçou um percurso possível para a princesa, que a levou para longe do caminho de Santiago tradicional, dito “francês”. Cf. BARRADAS, Aurélio Paulo da Costa Henriques – *O rapto na nobreza galego-portuguesa – Testemunho dos Livros de Linhagens*. Vol. 1. Lamego: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998. Tese de mestrado, pp. 46-47.

⁷⁰ O primeiro cantar, do próprio Rui Gomes de Briteiros, “(...) visa propiciar o favor de uma mulher – Dona Elvira – que adoptara, até então, uma atitude hostil às iniciativas desse mesmo sujeito masculino. Essa acção em perspectiva, que recebe a caução de uma terceira personagem – Martin Sira –, que, entretanto, a aconselhara, traduz-se na ideia expressa no refrão: «morarei cabo da Maia/en Doiro, antr’o Porto e Gaia». Já o segundo cantar, da autoria de Martim Soares, condena o rapto em si, “(...) invocando a oposição da vítima, a quem de nada teria valido lamentar-se ou solicitar auxílio. Assim, o rapto teria andado perto da violação, suscitando, em primeiro lugar e antes de qualquer outra consideração, uma condenação no plano moral (...)”. Cf. MIRANDA, José Carlos Ribeiro – *Os Trovadores e o Rapto de Elvira Anes da Maia*. Porto: Estratégias Criativas, 2016, pp. 16 e 27-40.

⁷¹ Abordámos a aliança com uma infanta de Leão pela família de Bragança, que não foi tecnicamente um rapto; do rapto de Maria Pais Ribeira, antiga concubina de Sancho I, protagonizada por um Alvarenga (Ribadouro), e que resultou numa morte “literária” do raptor, impossibilitando a sua ascensão social a morte foi uma mera ferramenta literária, uma vez que sabemos que o raptor de facto vivia muito depois da época em que se relata ter acontecido o incidente; e ainda o rapto protagonizado por Afonso Rodrigues de Baião não parece ter visado alguém de uma categoria social superior, mas uma prima que fazia parte de uma comunidade monástica.

exemplos, mas são significativos: em fontes diferentes, notámos como Fernão Mendes de Bragança, com hegemonia territorial incontestada, e Abril Pires de Lumiares, reconhecido como “senhor da Beira”⁷², partilhavam traços de extrema violência⁷³. Poderão estes comportamentos ter tido alguma espécie de correlação, quando sabemos que o *Livro do Deão* foi escrito já no século XIV, enquanto que a vida e a documentação relativa a Abril Pires decorre em pleno século XIII? Poderão os comportamentos de Abril ter inspirado o mau carácter de Fernão Mendes naquele nobiliário?

Por fim, centrámo-nos na última fase da sucessão dos “senhores” da linhagem de Bragança. A questão resume-se a uma citação no *Livro do Deão*, no qual se refere que o casamento de Nuno Martins de Chacim era “desaguisado”, porque a mulher, Fruilhe Nunes, de alta linhagem, desposava alguém de categoria inferior, mas não foi bem assim, como viemos a comprovar: de facto, por meio de uma proposta de Augusto Ferreira do Amaral⁷⁴, e que incluímos no trabalho, Nuno Martins de Chacim é, na realidade, o herdeiro legítimo do ramo primogénito da família⁷⁵. Desta forma, o casamento era desaguisado não pelo nível inferior de Nuno Martins, mas porque Fruilhe Nunes, muito embora de alta linhagem, era de origem bastarda, além de ser sua prima.

⁷² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, p.459.

⁷³ Nesta qualidade, Fernão Mendes, uma personagem historicamente tida como responsável pela integração da região de Trás-os-Montes no reino português, é caracterizado, através de vários episódios no *Livro do Deão*, como sendo uma personagem colérica e de mau carácter, pronto a castigar quem o aborrecia ou se lhe opunha; já de Abril Pires, é conhecido o seu conflito com o concelho de Numão, que não o queria aceitar como parte da comunidade; o magnata terá decepado partes do corpo de alguns homens da comuna, o que levou a instituição, receosa, a fazer-lhe algumas doações importantes.

⁷⁴ AMARAL, Augusto Ferreira do – “Bragança, Bragançons e formação de Portugal”. In *Actas do 4º Congresso Internacional Casa Nobre: Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2017, pp. 140-147.

⁷⁵ Depois do desaparecimento de Fernão Fernandes de Bragança – agente cultural importante, dado que permitiu a imigração de famílias leonesas para Trás-os-Montes que, em consequência, poderão ter dado origem ao idioma mirandês – a sucessão na família ficou pouco clara, porque nenhum membro se destacava em importância. Para o autor, Fernão Fernandes teria um irmão, Pedro Fernandes, de quem Nuno Martins era neto paterno.

Conclusões

A representação do passado teve, como vimos, um grande poder na criação de um prestígio para as famílias aristocráticas. Os meios utilizados, com origens das mais variadas, foram fulcrais para que a nobreza conseguisse deixar a sua tão desejada marca na cultura e sociedade portuguesas, apesar da desvantagem que quase sempre tiveram: os poucos meios para o fazer.

O projeto permitiu-nos entender que, apesar de similares em estatuto, as cinco linhagens form objeto de investimentos literários diferentes, mercê das suas origens, enquadramentos geográficos, dinâmica política no reino e relações com a corte régia. Se, por um lado, os Sousa são conhecidos como sendo a linhagem de maior prestígio social, e, como vimos, com uma participação cultural bastante ativa e uma intervenção política forte, por outro, os da Maia foram, sem dúvida, a linhagem comprovadamente mais antiga, das mais exóticas na sua origem, e a mais explorada literariamente, com uma narrativa de origem muito bem estruturada, e um carisma muito cobiçado por outras linhagens que não hesitaram em fazer associar o seu nome ao desta família.

As restantes três linhagens – Ribadouro, Baião e Bragança – tiveram uma intervenção significativamente menor quando comparada às primeiras duas. À parte os trabalhos poéticos de Afonso Lopes de Baião e de vários membros das linhagens secundárias (como João Soares de Paiva ou João Soares Coelho), a representação literária destas linhagens esteve dependente de agentes externos que, de uma forma ou de outra, rememoraram e exaltaram o seu prestígio em vários meios literários.

Historicamente, o prestígio das duas primeiras mantém-se – veja-se, por exemplo, o papel político dos Sousa, ou a longa alferesia de Pedro Pais da Maia –, mas devemos reconsiderar os nossos argumentos neste campo perante as outras três: o papel de Egas Moniz de Ribadouro no maior protagonismo da família na corte de Afonso Henriques, a importância política dos Baião enquanto descendentes da aristocracia condal galega, e o seu papel pivotal enquanto uma das últimas famílias a apoiar Afonso Henriques pouco antes de 1128, ou ainda o domínio aparentemente

incontestado dos Bragançãos na região de Trás-os-Montes são aspetos que nos dizem muito sobre o prestígio e importância destas linhagens no panorama aristocrático português.

Constituímos não só uma reflexão sobre o que existe sobre os membros destas linhagens, mas também sobre o que tentamos reconstituir através da formulação de hipóteses. A exploração de novas fontes de informação, como as lendas tradicionais, a toponímia ou o mapeamento, deixaram-nos várias questões que não nos couberam no estudo, mas enriqueceram indubitavelmente o projeto.

Assim, muito embora tenhamos constituído um vasto conjunto de informação relativa à forma como estas cinco linhagens eram percecionadas no reino, como os seus membros afirmavam o seu poder, real ou simbólico, e como projetavam a memória linhagística com fins legitimadores do seu estatuto, privilégios e ação política, quer enquanto indivíduos, quer como grupo familiar e/ou social, muito há ainda a explorar, porque as cinco linhagens eram apenas a mais importante nobreza do reino português, e não a sua totalidade. A aposição e oposição de fontes que deixámos entrever no nosso trabalho é apenas uma pequena amostra dos contrastes da época que estudamos. Como indica José Mattoso, “De facto, talvez não haja nenhuma época em que os contrastes entre a norma e a prática, o ideal proposto e a realidade quotidiana sejam tão grandes como na Idade Média”⁷⁶.

Terminamos com uma citação de Pedro de Barcelos do seu *Livro de Cantigas*, aplicada aos versos de um trovador judeu, em que indica a importância do registar, mas sobretudo de lembrar: “(...) E pero que he ben que o ben que home faz sse non perça, mandamolo screver (...)”.

⁷⁶ MATTOSO, José – *Identificação de um País*, pp. 317-318.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

BARCELOS, Pedro, Conde de – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ed. Luís Filipe de Lindley Cintra. 4 vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951.

Cantar de Mío Cid. Ed. Alberto Montaner Frutos. Madrid-Barcelona: Real Academia Española, 2011.

COSTA, Padre António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*. 3 Vols. Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

Crónica de Portugal de 1419. Ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998

Mocedades de Rodrigo. Ed. José María Viña Liste. Madrid: Biblioteca Castro, 2006.

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum: Inquisitiones (Fascículos III a IX). Ed. João Pedro da Costa Basto, et al. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977.

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum. Nova Série, Vol. 1: *Livros Velhos de Linhagens*. Ed. crítica por José Mattoso e Joseph Piel. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum. Nova Série: *Livros de Linhagens do Conde D. Pedro*. 2 vols. Ed. crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum. Nova Série. Vol. IV: *Inquisitiones – Inquições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Ed. crítica por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012-2015

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintundecimum. Nova Série: *Livro de Linhagens do Deão*. Ed. crítica por Filipe Alves Moreira e João Paulo Martins Ferreira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2019.

“Vida da Bem Aventurada Virgem Senhorinha”; “Outra vida de Santa Senhorinha dos «Acta Sanctorum»”. In *Vida e Milagres de S. Rosendo*. Ed. Maria Helena Rocha Pereira. Porto: Junta Distrital, 1970, pp. 113-157.

Estudos

ALFONSO ANTÓN, Isabel; KENNEDY, Hugh; ESCALONA MONGE, Julio – *Building Legitimacy. Political Discourses and Forms of Legitimation in Medieval Societies*. Leiden-Boston: Brill, 2004.

AMARAL, Augusto Ferreira do – “Bragança, Bragançãos e formação de Portugal”. In *Actas do 4º Congresso Internacional Casa Nobre: Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2017, pp. 140-147.

BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcello – *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

BARRADAS, Aurélio Paulo da Costa Henriques – *O rapto na nobreza galego-portuguesa – Testemunho dos Livros de Linhagens*. 2 vols. Lamego: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998. Tese de mestrado.

BARROCA, Mário Jorge – “*Prope litore maris*: o sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII)”. In AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do cabido portucalense*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2017, pp.197-247.

BARTHÉLEMY, Dominique – “La parenté”. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *Histoire de la Vie Privée*. Vol. 2 : *De l'Europe féodale à la Renaissance*. Paris: Seuil, 1985, pp. 28-121.

BERNARDI, Bernardo – *Introdução aos estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa: Edições 70, 1982.

BINAYAN CARMONA, Narciso – “Una Princesa armenia en Compostela en el siglo XI: Su genealogía”. *Revista Hidalguía: Estudios genealógicos, heráldicos y nobiliarios en honor de Vicente de Cadenas y Vicent, con motivo del XXV aniversario de la revista «Hidalguía»* (1978), pp. 131-153.

BLOCH, Marc – *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien*. Paris: Armand Colin, 1974.

CALDERÓN MEDINA, Inés – “Las otras mujeres del rey: El concubinato regio en el reino de León (1157-1230)”. In FERREIRA, Maria do Rosário; LARANJINHA, Ana Sofia; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (coord.) – *Seminário Medieval 2009–2011*. Porto: Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 255–289.

CALDERÓN MEDINA, Inés – “El concubinato regio en la definición de la frontera galaico-portuguesa (s.XII-XIII)”. In ARIAS GUILLÉN, Fernando; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (ed.) – *Los Espacios del Rey – Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2018, pp. 275-304.

CORREIA, Ângela – *Ama: A importância de um nome no conhecimento sobre os trovadores medievais galego-portugueses*. Lisboa: Bibliotrónica Portuguesa, 2016.

CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

DACOSTA, Arsenio; PRIETO LASA, José Ramón; DÍAZ DE DURANA, José Ramón (ed.) – *La Conciencia de los Antepasados. La construcción de la memoria de la nobleza en la Baja Edad Media*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2014.

DACOSTA, Arsenio – “La memoria de los antepasados: los relatos nobiliarios de origen en la península ibérica”. In *Discurso, memoria y representación: La nobleza*

peninsular en la Baja Edad Media. Logroño: Gobierno de Navarra - Fondo de Publicaciones, 2016, pp. 283-314.

DAHLHOFF, Matthias – *Geschichte der Grafschaft Sayn und der Bestandtheile derselben*. Dillenburg: E. Weidenbach, 1874.

DAVID, Henrique – “Os portugueses nos livros de Repartimiento da Andaluzia (século XIII)”. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 3 (1986), pp. 51-75.

DAVID, Henrique – “Os Portugueses e a Reconquista castelhana e aragonesa do século XIII”. In *Actas das II Jornadas luso-españolas de história medieval*. Vol. 3. Lisboa: INIC, 1989, pp. 1030-1038.

Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IXe au XVe siècle. Dir. Frédéric Godefroy. Genebra-Paris: Slatkine, 1982.

DUBY, Georges – “Remarques sur la littérature généalogique en France aux XIe et XIIe siècles”. In DUBY, Georges – *Hommes et structures du Moyen Âge*. Paris: Mouton Éditeur, 1973, pp. 287-298.

DUBY, Georges – “Structures de parenté et noblesse dans la France du Nord aux XIe et XIIe siècles”. In DUBY, Georges – *Hommes et structures du Moyen Âge*. Paris: Mouton Éditeur, 1973, p. 267-285.

DUBY, Georges – *Mâle Moyen Âge*. Paris: Flammarion, 1988.

ECO, Umberto – *O Signo*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

ESTEPA DÍEZ, Carlos – “Doña Juana Núñez y el señorío de los Lara”. *e-Spania* [Em linha] 1 [junho de 2006]. [Consultado a 27 de maio de 2021]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/315>.

FERNANDES, Armando de Almeida – *Acção das linhagens no repovoamento e na fundação da nacionalidade*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1960.

FERNANDES, Armando de Almeida – *Portugal primitivo medieval*. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2001.

FERREIRA, João Paulo Martins – *A Nobreza Galego-Portuguesa na Diocese de Tui (915-1381)*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento – Anejos de Estudios Gallegos, 2019.

FERREIRA, Maria do Rosário – *A Lenda dos Sete Infantes: Arqueologia de um destino épico medieval*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Tese de doutoramento.

FERREIRA, Maria do Rosário – “Entre conselho e incesto: a irmã do rei”. *e-Spania* [Em linha] 12 [Dezembro 2011]. [Consultado em 5 de junho de 2022]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/20879>.

FERREIRA, Maria do Rosário – *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*. Porto: Estratégias Criativas, 2020.

FERREIRA, Maria do Rosário – “O poder das mulheres no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos* (1): Relatos fundacionais”. *e-Spania* [Em linha] 36 (Junho 2020) [Consultado em 7 de maio de 2023]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/35577>.

GAMEIRO, Odília Filomena Alves – *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Miguel – “Nin santas nin pecadoras; ou todo e mais. Da condición feminina ás voces e actuacións das mulleres na documentación medieval galega”. In PICHEL, Ricardo (ed.) – *Tenh’eu que mi fez el mui gran ben – Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*. Madrid: Sílex Universidad, 2022, pp. 225-284.

GÉNICOT, Léopold – *Les généalogies* (Fasc. 15 das *Typologie des sources du Moyen Âge occidental*). Turnhout: Brepols, 1988.

GHASARIAN, Christian – *Introdução ao Estudo do Parentesco*. Lisboa: Terramar, 1999.

GOMES, Maria Joana Matos – *As Condessas Traidoras e a Terra de Espanha*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Tese de mestrado.

HALBEKANN, Joachim J. – *Die älteren Grafen von Sayn. Personen-, Verfassungs- und Besitzgeschichte eines rheinischen Grafengeschlechts 1139-1246/1247*. Wiesbaden: Historische Kommission für Nassau, 1997.

KRUS, Luís – *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

LE FEBVRE, Lucien – *Combats pour l'histoire*. Paris: Colin, 1933.

LE GOFF, Jacques – *Histoire et mémoire*. Saint-Amand: Éditions Galimard, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos da Vida Quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – *Aurs mesclatz ab Argen – Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*. Porto: Guarecer, 2004.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII”. In MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (coord.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular – Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas, 2011, pp. 253-282

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “Eixo, Cameros e Vaqueiras: sobre a rubrica que acompanha o cantar *Ala u jazq la Torona*”. In CARTA, Constance; FINCI, Sara; MANCHEVA, Dora (ed.) – *Antes que se agotan la mano y la pluma que su historia/Magis deficit manus et calamus quam eius hystoria: Homenaje a Carlos Alvar*. Vol. I: *Edad Media*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2016, pp. 879-894.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – *Os Trovadores e o Rapto de Elvira Anes da Maia*. Porto: Estratégias Criativas, 2016.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “Uma aventura marítima no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*”. *Acta Iassyensia Comparationis – Special Issue* (2019), pp. 97-108.

MOREIRA, Filipe Alves – *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.

OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do Espectáculo Trovadoresco: A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*. Coimbra: FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Tese de doutoramento.

OLIVEIRA, António Resende de – “Para uma integração histórico-cultural do canto trovadoresco galego-português”. *Máthesis* 8 (1999), pp.125-145.

OLIVEIRA, António Resende de – *O trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

PETERSON, David – “Antroponimia vasca altomedieval: la aportación epigráfica”. In *Mundos medievales: espacios, sociedades y poder. Homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2012, pp. 795-806.

PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As Incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*. Lisboa: Zéfiro, 2017.

REI, António – “Ascendência árabe nas Linhagens do *Livro Velho* – Arabic ascendance in the *Livro Velho* lineages”. *Diálogos Mediterrânicos* 4 (2013), pp. 131-141.

REI, António – “Da ascendência árabe dos Senhores da Maia (séculos X-XIII). Novos dados”. *Raízes e Memórias* 30 (2013), pp. 21-36.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas*. Lisboa: Academia das Ciências, 1810.

RODRIGUES, Miguel – “*A senhor tenente: Tenência feminina em Portugal*”. *e-Spania* [Em linha] 52 (Outubro 2025). Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/57181>.

RODRIGUES, Miguel – “*Fratres et sorores: partilha fraternal de poder no Portugal dos séculos XII e XIII*”. *Atalaya – Revue d'études médiévales romanes* (2026) (em fase de revisão).

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 Vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1997. Tese de doutoramento.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – “O regime senhorial na fronteira do nordeste português”. *HISPANIA – Revista Española de Historia* LXVII (2007), pp. 849-880.

TÁVORA, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e (Marquês de Abrantes) – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

TÁVORA, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e (Marquês de Abrantes) – *Introdução ao estudo da heráldica*. Lisboa: Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.

TORRES SEVILLA, Margarita Cecilia – *Linajes nobiliarios de León y Castilla: Siglos IX-XIII*. Salamanca: Junta de Castilla y León, Consejería de educación y cultura, 1999.

TOUSSAINT, Ingo – *Die Grafen von Leiningen*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1982.

VENTURA, Leontina – *A nobreza de corte de Afonso III*. 2 Vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Tese de doutoramento.

WEINER, Annette B. – *Inalienable Possessions: The Paradox of Keeping-while-Giving*. California: University of California Press, 1992.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RODRIGUES, Miguel Hugo Marques – “A construção literária das cinco linhagens fundacionais do espaço português (sécs. XIII-XIV)”. *Medievalista* 39 (Janeiro – Junho 2026), pp. 231-263. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).